

Eleições para a Comissão Coordenadora Concelhia de Alenquer do Bloco de Esquerda

Moção A

“Respeitar o passado, Consolidar o presente, Lançar o futuro”

1- As eleições para a Comissão Coordenadora Concelhia de Alenquer do Bloco de Esquerda surgem emparedadas entre o ciclo eleitoral de 2019 e as eleições autárquicas de 2021, numa altura em que o movimento e os seus aderentes absorvem o impacto positivo de dois sufrágios universais cujos resultados cimentaram a posição do Bloco de Esquerda na disputa de espaço do cenário político nacional, 20 anos após a sua constituição como partido.

A Coordenadora Concelhia saída deste ato eleitoral interno e que estará em exercício no biénio 2020-2022 tem, pois, em mãos não só a responsabilidade de colocar em prática, ao nível concelhio, a orientação política que catapultou o Bloco para um patamar de consistência e constância em matéria de resultados eleitorais, mas também o dever de construir um projeto político capaz de se apresentar às eleições autárquicas de 2021 com a ambição de alargar o seu campo de influência e aumentar a presença nos órgãos de poder político do concelho de Alenquer.

Com estes objetivos bem presentes e contemplando, no curto médio-prazo, a possibilidade de redesenhar o cenário político em Alenquer, apresentamo-nos neste ato eleitoral com o conhecimento do terreno político que se pisa neste município desde a alvorada da democracia nacional, os atores de sempre e os mais recentes protagonistas, os problemas que subsistem e carecem de resolução imediata e os novos desafios que se apresentam com igual urgência no que à sua resposta efetiva e assertiva se refere.

Numa altura em que o Bloco de Esquerda se encontra debaixo de um intenso escrutínio público por conta da preponderância entretanto adquirida no panorama político nacional, é da mais elementar necessidade que os seus dirigentes, estejam eles em que nível decisório estiverem, tenham a máxima atenção à sua conduta, nunca colocando em causa a sua idoneidade e sem desvalorizar a responsabilidade inerente à ocupação de um cargo diretivo no seio da estrutura partidária.

É com esta consciência que nos propomos a formar um grupo de trabalho coeso, determinado e enérgico na defesa dos verdadeiros valores do socialismo democrático, lutando pela concretização de uma política autárquica que não se confunda com a social-democracia, com o neoliberalismo ou a terceira via, combatendo o racismo, a xenofobia, a homofobia, a violência de género, a

discriminação decorrente de condição económica desfavorável, o preconceito em relação à diversidade funcional e a negação das mais elementares liberdades individuais.

2 - Não será de somenos importância a atenção que deve ser dada à ascensão dos movimentos populistas e extremistas à direita, fenómeno que tem crescido vertiginosamente na Europa e pelo qual Portugal já não consegue passar incólume. O combate pela manutenção dos princípios basilares da democracia faz-se à esquerda e em toda a linha, sem hesitações e com determinação férrea, não desvalorizando o papel dos órgãos políticos concelhios e a importância da sua atividade.

A mesma atenção merecem os movimentos ditos apartidários e inorgânicos, que, à laia de uma suposta neutralidade político-partidária, atuam no sentido de manipular a opinião pública, ao mesmo tempo que revelam um sectarismo primário e um preconceito ideológico indisfarçável em relação às forças partidárias habitualmente colocadas à esquerda no espectro político português. Evitar que tanto a extrema-direita como os movimentos populistas consigam ganhar terreno, seduzir eleitorado mais desinformado, incauto e vulnerável, estabelecer bolsas de influência e construir redes de militância ativa têm de constituir desígnios prioritários no curto-médio prazo para a Comissão Coordenadora Concelhia que se apresta para assumir funções.

3 - A intensa atividade política registada nos últimos dois anos e posta em prática pela Comissão Coordenadora Concelhia que agora cessa funções em muito terá contribuído para um clima de animosidade para com o Bloco de Esquerda no concelho de Alenquer. A recorrente apresentação de moções e recomendações nos órgãos autárquicos nos quais o Bloco se encontra representado e que têm uma larga abrangência político-social, bem como as frequentes iniciativas públicas que têm abordado os mais diversos temas, trouxeram o partido para um incómodo nível de protagonismo ao qual os seus contendores políticos não estavam habituados. A estes factos junta-se também o resultado obtido pelo Bloco nas últimas eleições legislativas, sufrágio esse que colocou o partido como o segundo mais votado em diversas freguesias e a escassas centésimas percentuais do terceiro lugar no concelho.

Não obstante todos os progressos registados e conquistas assinaladas, continua a verificar-se uma relutância na militância ativa por parte da grande maioria dos aderentes do concelho, acompanhada por um desinteresse generalizado da população alenquerense nos assuntos que se relacionam direta ou indiretamente com a atividade política.

É, pois, da mais elementar importância garantir que a atividade intensa que se registou nos dois últimos anos se mantém nos mesmos níveis, com claros benefícios para a população do concelho decorrentes da intervenção política da Comissão Coordenadora Concelhia. Com este mesmo modo de atuação, pretende-se

também a tão desejada reaproximação dos aderentes ao órgão representativo do Bloco de Esquerda no concelho de Alenquer, assim como se tornará mais próximo o objetivo de alargar a base de novos militantes.

4 – A crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, que traz à boleia uma recessão económica que pode não conhecer precedentes e cujas consequências se temem muito duras para inúmeros setores de atividade e, conseqüentemente, para centenas de milhar de pessoas. A situação de carácter excecional, mas com efeito perene, exige dos órgãos de poder político um acompanhamento constante e proativo na resolução de problemas das mais diversas ordens. Às autarquias é exigida, dentro do seu raio de ação e atendendo à sua capacidade de intervenção, a atitude preventiva para evitar o surgimento de novas vagas da doença enquanto não existirem vacinas e fármacos eficazes no seu combate, assim como é da mais elementar importância que estas se afirmem como o apoio de proximidade àquelas e àqueles que se constituem como grupos mais vulneráveis nos campos económico e social.

Será, portanto, da competência desta Concelhia o escrutínio da atuação dos órgãos autárquicos do concelho de Alenquer na resposta ao contexto que se vive e o seu subsequente, compreendendo as características excecionais e de especial complexidade que os compõem.

5 – Os dados que se relacionam diretamente com a violência doméstica chocam quem com eles se depara aquando da sua divulgação nos diversos órgãos de comunicação social. O fenómeno está longe de ser localizado, não é exclusivo dos grandes aglomerados urbanos e muito menos tem toda a sua ocorrência concentrada no meio rural. O flagelo é comum a todo o território, independentemente das assimetrias que este apresenta em termos sociais, económicos e demográficos. Não será também a desigualdade na cobertura mediática dos casos de violência doméstica que conseguirá suavizar a dureza dos números trágicos, números esses que não contribuem para o avanço civilizacional da sociedade.

No concelho de Alenquer, a violência doméstica é uma realidade que se apresenta como um grito silenciado que tarda em soltar-se. Existe ainda uma subvalorização de tipos de violência que não resultam do contacto físico e que, por esse motivo, não são encarados como tal. A violência verbal e psicológica é atirada para um patamar inferior de gravidade e a forma como é praticada é até objeto de banalização por parte dos agressores, contando ainda com a cumplicidade de quem a ela assiste. Assim se perpetuam comportamentos abusivos e violentos ao longo do tempo, com a sua verdadeira identidade a ser ocultada.

Conhecendo o quadro como ele está definido, é imperativo enfrentar o problema, facultar informação, promover a denúncia e patrocinar a rejeição do abuso a que estão sujeitas as vítimas de violência doméstica. Será trabalho a ser

desenvolvido durante o próximo biênio, na plena consciência de que a urgência de o desenvolver é tão grande como a dificuldade da abordagem do seu objeto.

6 – As redes sociais, quando usadas de um modo perverso, podem ter um poder de disseminação do ódio absolutamente devastador e com consequências que podem ir muito além do imaginável. Funcionam, em certa medida, como plataforma giratória, recolhendo a mensagem de quem a quer ver amplificada e entrega-a não só aos seus alvos, mas também aos seus potenciais reprodutores.

Uma rápida passagem por grupos de debate virtuais mostra-nos um cenário em que o preconceito racial e a xenofobia, não raras vezes, tomam o controlo das discussões, fertilizando terreno para a frutificação de uma das sementes mais perniciosas do nacionalismo. Este mesmo facto comprova-se com a observação de comentários publicados também em grupos dedicados à discussão da atualidade do concelho de Alenquer, sempre que a oportunidade surge e o ambiente é favorável.

Merece, pois, um olhar atento a evolução deste fenómeno, sabendo de antemão que as redes sociais tanto podem refletir uma posição maioritária da população como podem ampliar de forma enganadora a real capacidade de influência de um grupo minoritário. É dever da Comissão Coordenadora Concelhia que iniciará funções estudar as dimensões e os contornos do fenómeno e desenvolver mecanismos de ação proporcionais às conclusões obtidas.

7 – O combate às alterações climáticas e ao aquecimento global constituem o maior desafio que a Humanidade tem em mãos e do seu sucesso depende a existência de vida no planeta num futuro não muito longínquo.

Assiste-se, contudo, a uma luta pela manutenção dos impérios extrativistas, pelo prolongamento do tempo de vida de um sistema energético assente na exploração de combustíveis fósseis e pela sobrevivência dos mecanismos selvagens e despudorados de reprodução e acumulação de capital, naquilo que constitui um exercício de desprezo pela preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, fazendo da emergência climática um conceito menor. É, pois, a derradeira tentativa de fazer triunfar o neoliberalismo, sacrificando tudo o que é possível sacrificar para alcançar o objetivo pretendido.

Com fenómenos climatéricos extremos a ocorrerem com cada vez maior frequência, sinais inequívocos da dimensão da catástrofe em curso, é imperioso que todos os órgãos de poder político tomem consciência da real dimensão do risco a que a vida na Terra está exposta e que a neutralidade carbónica seja, verdadeiramente, uma meta a atingir pelos decisores políticos. Agora, mais que nunca, urge agir contra os desmandos do capitalismo, sem cedências à chantagem de quem o pratica e é a essa base de atuação que esta Comissão Coordenadora Concelhia deve ser fiel para pressionar os ocupantes de lugares de decisão política neste município.

Conscientes que é este o caminho que devemos continuar a trilhar, sem desvios, retrocessos ou abrandamentos de ritmo, apresentamo-nos a novo mandato com a certeza que a aprendizagem e a experiência acumuladas nos permitirão continuar a desenvolver trabalho político de relevância nas mais diversas áreas, do ambiente à inclusão social, da saúde ao bem-estar animal, do combate ao racismo à defesa da igualdade de género, sem deixar nenhuma luta por fazer, sem deixar ninguém para trás, sem largar a mão de ninguém.

Lista Candidata à Comissão Coordenadora Concelhia

1 – Sónia Pedro, aderente n.º 8215

2 – Rui Ricardo, aderente n.º 12823

3 – Olinda Machado, aderente n.º 13780

4 – José Machado, aderente n.º 10172